

DIRETRIZES PARA FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS: FOCO NO ODS 4 DA AGENDA 2030 PARA A AMÉRICA DO SUL

BOOK, READING AND LIBRARIES POLICY MAKING GUIDELINES: FOCUS ON THE 2030 AGENDA SDG 4 FOR SOUTH AMERICA

Everton da Silva Camillo^a

Claudio Marcondes de Castro Filho^b

RESUMO

Introdução: Esta pesquisa se justifica por compreender que as nações da América do Sul correm o risco de serem afetadas a curto, médio e longo prazos pelo desenvolvimento efetivo e significativo da leitura voltada para a educação de qualidade de seus povos. Com isso, as diretrizes voltadas à formulação de políticas públicas de promoção do livro, da leitura e das bibliotecas tornam-se fundamentais para a salvaguarda do direito humano à emancipação dos cidadãos no mundo. **Objetivo:** Elaborar diretrizes que norteiem a formulação de políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas que assegurem a educação de qualidade nos países da América do Sul. **Metodologia:** Empreendeu-se uma pesquisa de nível exploratório, delineamento documental e a natureza qualitativa. Os métodos de pesquisa utilizados no estudo foram a Análise de Conteúdo (AC) e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). **Resultados:** Foi desenvolvida uma diretriz que, no seu conjunto, possui 5 eixos, 10 objetivos e 20 metas (15 específicos e 5 adicionais) e quatro alertas combinados, atribuição de metas e códigos de localização cada. **Conclusão:** Conclui que o uso das Diretrizes por governos locais, estaduais ou provinciais e federais na América do Sul pode ajudar a construir sociedades mais justas e democráticas ao promover a leitura em bibliotecas e outros espaços de informação e conhecimento, tendo como foco a educação de qualidade.

Descritores: Diretrizes. Políticas Públicas. Leitura. ODS 4. Agenda 2030.

^a Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: everton.camillo@unesp.br

^b Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente no Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

1 INTRODUÇÃO

Economias estagnadas e instabilidade de projeção global, sobretudo nos países em desenvolvimento, incidem diretamente na qualidade do desenvolvimento humano destes. Na América do Sul, desde as últimas décadas, percebe-se a fragilidade das nações para seu desenvolvimento econômico. São nações que, ainda nos dias hodiernos, absorvem as ressonâncias da crise financeira global de 2008 e incorporam a instabilidade financeira global contemporânea.

Nações sul-americanas, algumas estagnadas e incapazes de avançar economicamente, registraram significativa queda do seu Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos últimos anos. Dados revelam que as economias da América do Sul decresceram em média 0,7 no primeiro semestre de 2019 e que se previu uma redução dos gastos correntes do PIB de 2018 para 17,4% em 2019 (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2019). No Brasil, em específico, registrou-se um aumento da inflação. Houve uma aceleração de 0,19% em julho de 2019, quando em junho do mesmo ano a taxa era menor, 0,01% (FERREIRA, 2019).

O declínio do PIB de um país incide amplamente no acesso da população ao bem-estar social e às condições que lhe oportunizam a dignidade como pessoa humana. Além disso, o acesso pleno aos serviços nas cidades, à educação, à cultura, à saúde, à renda, à moradia e à oportunidade de trabalho qualificado são posteriores à existência de uma economia nacional saudável. Assim, quando a produção de riquezas nos países diminui, os repasses financeiros às áreas de desenvolvimento social são igualmente reduzidos.

Esta pesquisa traz em seu bojo a educação de qualidade, e por isso o foco do estudo se relaciona, sobretudo, com a Educação. Assim, ainda que várias áreas de desenvolvimento social caibam na discussão proposta, focou-se na Educação em virtude do objetivo da pesquisa.

Os dados da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL) (2019) e do *The World Bank* (2019a; 2019b) revelam que o investimento em educação em alguns países sul-americanos, comparado aos

demais do mesmo bloco, ainda é baixo, e isso pode ser percebido pela porcentagem de investimento do PIB na área, como visto no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Investimento do PIB em educação por países da América do Sul.

País	Último valor disponível do PIB	Ano de referência do PIB	% do PIB investido em educação no ano de referência
Argentina	USD 557 bilhões	2016	5,6%
Bolívia	USD 33 bilhões	2014	7,3%
Brasil	USD 1,8 trilhões	2015	6,2%
Chile	USD 250 bilhões	2016	5,4%
Colômbia	USD 311 bilhões	2017	4,4%
Equador	USD 99 bilhões	2015	5%
Guiana	USD 3,6 bilhões	2018	Informação não disponível
Paraguai	USD 36 bilhões	2016	4,5%
Peru	USD 210 bilhões	2017	3,3%
Suriname	USD 3,5 bilhões	2018	Informação não disponível
Uruguai	USD 50 bilhões	2011	4,4%
Venezuela	USD 329 bilhões	2009	6,9%

Fonte: *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (2019) e *The World Bank* (2019a; 2019b).

Depreende-se que alguns países sul-americanos, dentre os com dados disponíveis, investiram mais porcentagem do PIB na área da educação do que outros. No caso da Bolívia, em 2014 o país investiu 7,3% do seu PIB de USD 33 bilhões em educação. O contraste disso é percebido no caso do Peru. Com um PIB de USD 210 bilhões em 2017, o país investiu apenas 3,3% do valor em educação. Ou seja, o Peru com cinco vezes mais valor de PIB investiu duas vezes menos em educação quando comparado à Bolívia, ainda que os dados do primeiro correspondem ao ano de 2017 e os do segundo ao de 2014.

A Educação é, por assim dizer, observada de modos distintos pelos países. Cada nação investe em educação segundo seu plano de desenvolvimento social, e pode-se perceber mais ou menos esforços para isso quando da contextualização do repasse de riquezas a essa área. Contudo, ainda que relegada em alguns países, a educação consiste até este tempo em um motor ao alcance de desenvolvimento social. Boccanfuso, Larouche e Trandafir (2015, p. 412, tradução nossa) enfatizam que “A educação é amplamente considerada uma questão fundamental na economia e desenvolvimento social de um país”. No mesmo sentido, o documento da *Comisión Económica para*

América Latina y el Caribe (2014, p. 5, tradução nossa) destaca que “A educação é um dos direitos fundamentais de toda a pessoa”, e por isso ela “[...] é um elemento decisivo do desenvolvimento democrático, de uma cidadania sólida e, em sentidos mais amplos, da realização pessoal de cada indivíduo”.

Este estudo enfoca o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 4 da Agenda 2030, o de educação qualidade. Por educação de qualidade, compreende-se, mediante o sentido veiculado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que ela é “[...] a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (PLATAFORMA AGENDA 2030, [201-], não paginado). Esse é o sentido que permanecerá latente ao longo deste estudo.

O contexto sul-americano fragilizado de investimento do PIB em educação nos anos anteriores abre margem para subdesenvolvimentos na área da Educação. Isso se reflete não apenas no modo como os estudantes experimentam o processo de ensino-aprendizagem, mas como eles se apropriaram de iniciativas educacional-culturais de leitura na escola e também fora dela. Dessa forma, esta pesquisa é justificada por se compreender que as nações da América do Sul correm o risco de serem afetadas nos curto, médio e longo prazos no que se refere ao desenvolvimento efetivo e significativo da leitura voltada à educação de qualidade para o seu respectivo povo, e, em decorrência a isso, diretrizes que visem a formulação de políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas tornam-se fundamentais para salvaguardar o direito humano à emancipação que os cidadãos têm no mundo.

Em razão disso, esta pesquisa objetivou elaborar diretrizes que norteiem a formulação de políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas e que assegurem, concomitantemente, a educação de qualidade nos países da América do Sul. Para tanto, importou discorrer sobre o termo ‘políticas públicas’, apresentando-o como palavra-problema e palavra-solução. Depois, analisou-se políticas públicas de promoção da leitura de países sul-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai) com a finalidade de, a partir do conteúdo da seção de objetivos nos documentos, compor um discurso coletivo que estruturasse as diretrizes objetivadas nesta investigação.

Dessa maneira, empreendeu-se uma pesquisa de nível exploratório, delineamento documental e a natureza qualitativa. Os métodos de pesquisa utilizados no estudo foram a Análise de Conteúdo (AC) e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PALAVRA PROBLEMA-SOLUÇÃO

Vale destacar que o termo ‘políticas públicas’ é um desses frequentemente ouvidos, que têm vigor discursivo para seus âmbitos de aplicação. Embora seja enfático para legitimar a solução de problemas públicos na sociedade, ele é um conceito que até o momento permanece sem consenso acadêmico. Na literatura especializada se diz sobre não haver uma definição única, e nem melhor, sobre políticas públicas, como esclareceu Souza (2006, p. 24): “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”.

A dissonância conceitual desse conceito é ainda evidente na literatura especializada devido, talvez, à existência de inúmeras escolas de pensamento que fundamentam a disciplina de Políticas Públicas. E isso pode ser explicado em razão das distintas compreensões acerca do que são os problemas públicos e como ocorrem os processos de formulação, implementação, avaliação e asseguuração de políticas públicas para solucioná-los (SOUZA, 2003, 2006; TIETJE, 2018).

Secchi, Coelho e Pires (2019) entendem que possíveis razões para a falta de consenso sobre as políticas públicas tenham relação com a disparidade de respostas para algumas questões recorrentes na área de Políticas Públicas, como:

1) políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais? 2) políticas públicas também se referem à omissão ou à negligência? 3) Apenas diretrizes estruturantes de nível estratégico são políticas públicas? Ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas? (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 2).

No entanto, algumas definições podem ser apresentadas, a fim de que se conheça as distintas visões sobre o que são as políticas públicas, pois, como

destaca Tietje (2018, p. 3), “Política pública é um termo frequentemente ouvido, mas infrequentemente definido.”.

Para Teixeira (2002, p. 3),

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. [...] Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.

Para Souza (2003, p. 13), a política pública se resume

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente).

Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 29) discutem a política pública como “[...] um fluxo [...], orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Gaspari (2016, p. 22), por outro lado, sugere que ela é a “[...] intencionalidade de ação de governo”.

O sentido de políticas públicas ecoado ao longo deste estudo tem base em autores contemporâneos. É um sentido que visa chamar à atenção o dever do Estado e dos governos para eliminar/reduzir problemas sociais que acometem as pessoas nos distintos âmbitos e dimensões sociais. Desse modo, se entende que as políticas públicas constituem instrumentos políticos para conferir respostas às demandas da sociedade. São respostas que se manifestam, sobretudo, como ações de governo ou do Estado, que visam solucionar os problemas que os cidadãos enfrentam em seus macro e micro ambientes para obter acesso pleno aos serviços nas cidades, à segurança, à educação, à cultura, à saúde, à renda, à moradia, à oportunidade de trabalho qualificado, às condições fundamentais para se viver e se desenvolver em sociedade e ao conjunto de práticas políticas que salvaguardam o bem-estar social e a dignidade da pessoa humana (CAMILLO, 2020; ESTEVES, 2018; GASPARI, 2016; SARAIVA; FERRAREZI, 2006; SECCHI, 2013; SERRA, 2003; SILVA; CAMILLO; ARAÚJO; SPERANDIO; JESUS; CASTRO FILHO, 2019; SOUZA, 2003; TIETJE, 2018; TEIXEIRA, 2002). É nesse sentido que ‘políticas públicas’ é uma palavra-solução.

Diante disso, resta clarificar que governo e Estado são divergentes. O estado é um conjunto permanente de instituições de uma federação por meio do qual as ações de um governo – eleito ou não eleito democraticamente – são realizadas. Os tribunais, as instituições militares, os órgãos legislativos são o estado. É ele quem mantém as políticas que envolvem os órgãos públicos e os agentes que atuam na sociedade civil organizada. Assim, a concepção de estado conta com o atributo de permanência dos meios de controle político e militar de um país.

Diferente, o governo, que pode ser da Esquerda, Centro ou Direita, se constitui com pessoas que objetivam governar todo um corpo social por meio de planos de governo, e para isso ele deverá atuar por meio das instituições de estado existentes, que são permanentes, tendo como norte os programas e projetos previamente criados para governar. Dessa maneira, enquanto as políticas públicas de estado são perduráveis e transpassáveis aos diferentes governos que se reconhecem sob distintas rubricas, as de governo são comumente válidas por um determinado período de tempo – o tempo do mandato de governo (HÖFLING, 2001).

As políticas públicas são instrumentos políticos relacionados às inúmeras áreas de desenvolvimento de um país. Elas estão alinhadas aos distintos domínios da sociedade, como as áreas da educação, saúde, cultura, distribuição de renda, habitação, segurança pública, dentre outras. Ouve-se na mídia, até mesmo, sobre ações de governo ou de estado para enfrentar problemas sociais nessas áreas, como as políticas de alfabetização, escrita e leitura, que podem ser federais, estaduais e municipais, ou ainda a política nacional de saúde pública, que abarca o conhecido Sistema Único de Saúde (SUS). Há também as políticas públicas culturais e outras que, também nos distintos níveis de uma federação, encimam a pauta de desenvolvimento social e humano, como as de segurança, de distribuição de renda, de habitação, e assim por diante.

Para se obter o acesso pleno às condições relevantes para se viver e se desenvolver em sociedade, batalhas de cunho político-ideológico serão travadas no contexto político-econômico-social de uma nação. Até certo ponto isso é natural ao jogo da constituição legal de políticas públicas para resolver

problemas públicos, desde que as ações se sucedam em terrenos democráticos. Entretanto, para que isso se suceda, é fundamental que o governo esteja inclinado para resolver problemas públicos sociais, quer eles dialoguem diretamente ou não com as suas expectativas ideológicas de construção de nação. Os problemas públicos são, como esclarece Tietje (2018, p. 106, tradução nossa), uma “[...] condição inaceitável na sociedade [...]”. Ou, como salientam Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 13-14), são a “[...] diferença entre a situação atual e uma ‘situação ideal possível’”.

Os problemas públicos são negociados em sociedade por atores governamentais e não-governamentais. A intencionalidade para equalizar o acesso de todos os cidadãos aos serviços nas cidades, à segurança, à educação, à cultura, à saúde, à renda, à moradia, à oportunidade de trabalho qualificado, e assim por diante, requer que atores governamentais, como os políticos, designados politicamente, burocratas e juízes, e atores não-governamentais, como os partidos políticos, meios de comunicação e grupos de reflexão, negociem intersubjetivamente o que é passível de adentrar a agenda política e o que definitivamente, em suas visões, não o é (BIRKLAND, 2005; SECCHI, 2013).

Desse modo, no sentido de uma luta interminável que se inicia no âmbito político, as políticas públicas adentram, então, o universo das “utopicalidades” dos sistemas político-democráticos, e o caráter efetivo das políticas públicas pode ser concretizado na sociedade em tempo não tão breve assim, ou, ainda, em nenhum tempo porvir. É nesse sentido que ‘políticas públicas’ se constitui como uma palavra-problema. Ou seja, como instrumentos políticos, as políticas públicas podem nunca vir a sê-los efetivamente, e essa crença se baseia na compreensão de que, em razão da ausência de paridade dos interesses sociais com a intenção, disposição e ideologia dos *policymakers* ou pessoas responsáveis por elaborar políticas públicas no contexto de um governo frente às distintas pautas de interesse público, não solucionar problemas públicos também é um modo de se fazer política pública.

3 METODOLOGIA

Primeiramente, a execução desta pesquisa foi possível mediante a recuperação de políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas de abrangência nacional de países da América do Sul. Não foram considerados os documentos de aplicação municipal (ou local) e estadual (ou provincial) dos países, mas os de aplicação em âmbito federal. Depois, os documentos analisados neste estudo não são políticas públicas de governo, mas de estado, e correspondem à Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai.

Embora Bolívia, Guiana, Suriname, Peru, Venezuela e o departamento ultramarino da Guiana Francesa também pertençam à delimitação geográfica de países sul-americanos, até o momento da recuperação dos documentos na página virtual do *Centro Regional para el Fomento del Libro en la América Latina y el Caribe* (CERLALC), em meados de abril de 2018, estes não dispunham de políticas públicas federais para promover o livro, a leitura e as bibliotecas.

As políticas públicas analisadas nesta pesquisa são vistas no Quadro 2, ordenadas por país. No quadro também consta seu ano de publicação. Optou-se por analisar estes documentos devido a eles serem políticas públicas de níveis estratégico e tático-operacional voltadas à promoção da leitura em países sul-americanos, e, frente ao conteúdo da seção de objetivos daqueles, os mesmos foram considerados plausíveis para a objetivação desta investigação

Quadro 2 – Políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas da América do Sul.

País	Política pública do livro, leitura e bibliotecas	Ano de publicação
Argentina	<i>Plan Lectura: Programa educativo nacional para el mejoramiento de la lectura</i>	2006
Brasil	Plano Nacional do Livro e Leitura	2006
Brasil	Política Nacional de Leitura e Escrita	2018
Chile	<i>Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020</i>	2007
Chile	<i>Plan de Lectura “Leo Primero”</i>	2018
Colômbia	<i>Plan Nacional de Lectura y Escritura “Leer es mi cuento”</i>	2011
Colômbia	<i>Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Preescolar, Básica y Media</i>	2011
Colômbia	<i>Política de Lectura y Bibliotecas</i>	2010
Equador	<i>Plan Nacional del Libro y la Lectura ‘José de la Cuadra’</i>	2017

Paraguai	<i>Plan Nacional de Lectura “Ñandepotyjerahua, en el Paraguay, leemos”</i>	2014
Uruguai	<i>Plan Nacional de Lectura</i>	2012

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a operacionalização da AC, Bardin (2016) esclarece que há três fases intrinsecamente relacionadas e que compõem a organização da análise. Essas fases são: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A fase de pré-análise “Corresponde a um período de intuições. Tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas” (BARDIN, 2016, p. 125). Nesse momento também ocorrem as leituras flutuantes, que correspondem a um momento em que o analista se deixa invadir por impressões e orientações dos documentos, e a escolha dos documentos.

A segunda fase da aplicação do método AC é a exploração do material. Essa etapa

Consiste no processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto (OLIVEIRA, 2008, p. 572).

Para Bardin (2016), se as diferentes operações da fase de pré-análise forem concluídas com êxito, então o procedimento que se segue é o de aplicar sistematicamente as decisões tomadas sobre o conjunto de documentos.

Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (BARDIN, 2016, p. 131).

Neste ponto, acontecem as codificações de todo o material, e, para Bardin (2016, p. 133), “Tratar o material é codificá-lo”. Na verdade, a codificação não é mais do que a transformação dos dados brutos do texto que permitem atingir uma representação do conteúdo por meio de ações de recorte, agregação e codificação.

Mediante uma leitura prévia dos documentos, elaborou-se o sistema categorial da pesquisa, visto no Quadro 3. Ele comporta as categorias, que vão de ‘Categoria A’ a ‘Categoria E’, e os indicadores categoriais, que vão de

‘Indicador I’ a ‘Indicador X’. As categorias e os indicadores foram criados com base nas 10 metas do ODS 4 da Agenda 2030.

Quadro 3 – Sistema categorial da pesquisa.

CATEGORIA A	APRENDIZAGEM, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS PESSOAS
Indicador I	Desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz.
Indicador II	Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho.
CATEGORIA B	QUALIDADE NOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E ESPAÇOS DE APRENDIZADO
Indicador III	Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar.
Indicador IV	Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres.
Indicador V	Motivar a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos.
CATEGORIA C	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EQUITATIVO DAS PESSOAS
Indicador VI	Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas.
Indicador VII	Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural.
CATEGORIA D	CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O ALCANCE DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Indicador VIII	Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas.
CATEGORIA E	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA FOMENTAR A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Indicador IX	Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional.
Indicador X	Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores.

Fonte: Dados da pesquisa.

É importante destacar que a análise não foi aplicada sobre os documentos na íntegra, mas pontualmente sobre o conteúdo das seções de objetivos e metas desses. Dessa forma, as categorias e seus indicadores viabilizaram identificar convergências entre as 10 metas do ODS 4 e os objetivos e metas das políticas públicas analisadas. Após haver encontrado convergências, estas foram conduzidas ao processo de sistematização do método DSC, a ser visto adiante.

Ainda na AC, a fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação é a última da aplicação do método. É nessa fase que o analista tem a possibilidade de realizar interpretações ou ainda abrir pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugeridas pela leitura dos documentos

analisados (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

É nessa fase também que os resultados brutos são tratados. Há operações que fazem com que esses resultados sejam “falantes”, isto é, que consigam conferir informações válidas quando o pesquisador se vale de procedimentos estatísticos ou da criação de quadros, diagramas, figuras, modelos, dentre outros recursos de representação da informação. Assim, quando se chega ao fim da análise, o pesquisador se depara com dados e informações que têm potencial para responder ao problema da pesquisa.

Sobre o método DSC, Lefevre e Lefevre (2006, p. 519) referem que este evidencia “[...] uma proposta explícita de reconstrução de um ser ou entidade empírica coletiva, opinante na forma de um sujeito de discurso emitido na primeira pessoa do singular.”.

O DSC é uma proposta metodológica que articula operações específicas e tem como matéria-prima os depoimentos coletados em pesquisas de teor empírico, de opinião, com perguntas abertas. Cada matéria-prima, isto é, depoimento, veicula uma determinada e distinta opinião ou posicionamento, que, costurado num único tecido discursivo, confere voz a um sujeito coletivo.

As políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas analisadas apresentam diferentes objetivos ligados aos seus âmbitos originários de construção, que são representados pelos distintos países da América do Sul. Cada país tem um entendimento sobre o que significa promover o livro, a leitura e as bibliotecas na sua respectiva federação. Devido a isso, neste estudo, os países sul-americanos foram entendidos como sujeitos e o conteúdo das suas políticas públicas, como depoimentos ou discursos – a matéria prima. Com isso é possível, portanto, construir um discurso coletivo.

O questionamento lançado sobre os documentos para obter respostas à posterior constituição de um discurso coletivo teve como base a pergunta-chave e tópicos a seguir: ‘O que você supõe acerca da educação de qualidade baseada nos seguintes tópicos: (1) desenvolvimento da aprendizagem de formas relevante e eficaz; (2) desenvolvimento de habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho; (3) garantia de acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação

pré-escolar; (4) asseguarção da educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres; (5) motivação para construir e melhorar instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos; (6) eliminação da disparidade de gênero na educação, bem como inclusão de pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas; (7) aquisição de conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural; (8) garantia do desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas; (9) ampliação do acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional; (10) aumento do número de professores qualificados e formação de professores?'.
'

Para o processo da produção do discurso, Lefevre e Lefevre (2014, p. 503) ressaltam que “[...] a cada categoria estão associados os conteúdos das opiniões de sentido semelhante presentes em diferentes depoimentos [...]”. Desse modo, conformou-se um processo de sistematização do conteúdo discursivo por categorias a fim de que um discurso coletivo fosse obtido, como visto na seção a seguir, de resultados.

4 RESULTADOS

A seguir, é apresentado o discurso do sujeito coletivo obtido por meio da aplicação de uma pergunta-chave com 10 tópicos sobre suposições acerca da educação de qualidade. Posteriormente, as diretrizes propostas como objetivo para esta investigação foram elaboradas com base no discurso do sujeito coletivo e apresentada em forma de quadro, com eixos, objetivos, metas e observações.

4.1 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O discurso do sujeito coletivo obtido se configurou como matéria-prima para compor as diretrizes propostas para este estudo. Segundo as respostas obtidas por meio da aplicação da pergunta-chave vista na seção anterior, de metodologia, o sujeito coletivo crê que desenvolver a aprendizagem de formas

relevante e eficaz requer inúmeros elementos. Ele pode citar o desenvolvimento de competências de leitura nas crianças, adolescentes, jovens, adultos e seniores para alcançarem acesso pleno à sociedade, à educação, à cultura, à informação e ao conhecimento. Entende que a leitura deve ser valorizada no âmbito escolar desde a idade mais tenra, sendo a família, para o caso das crianças e adolescentes, uma coparticipante no processo de torná-los leitores. Fora do seio familiar, as bibliotecas ocupam um papel importante para o alcance desse objetivo.

Bibliotecas escolares devem não apenas ser mantidas e apoiadas, mas novas unidades de informação desse tipo devem ser criadas. E políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas são uma solução para a garantia de investimentos nesses espaços. Além disso, a leitura também é valorizada quando são estabelecidos premiações e eventos que valorizam a fruição entre o livro, a leitura e a biblioteca, e entre a educação, a cultura e a informação.

Sobre garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar, inúmeros elementos são essenciais. Para o sujeito coletivo, pode-se citar a necessidade de centralizar a leitura em todas as etapas de ensino, do básico ao superior, além de instigar o gosto pela leitura desde a idade mais tenra, aproximando o leitor da cultura escrita e dos livros. Isso incide na melhora da qualidade da educação das crianças e adolescentes, que poderão enfrentar os desafios futuros de forma exitosa.

No que se refere a garantir a motivação da construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos, é possível elencar a necessidade de assegurar, modernizar e qualificar os espaços de informação e conhecimento das escolas, que, muitas das vezes, não contam com uma biblioteca escolar para atender a comunidade escolar. A biblioteca escolar, que perpassa os ensinos fundamental, médio e técnico, é um local que favorece a democratização da leitura, e por isso é um espaço de todos.

No entanto, para que essa finalidade seja alcançada é imprescindível que as bibliotecas escolares, e ainda as bibliotecas públicas, contem com infraestrutura robusta que atenda às necessidades da comunidade a que

servem, como recursos humanos, físicos, tecnológicos, financeiros e de informação, além de terem que oferecer produtos e serviços de informação das mais variadas ordens que se conectam às necessidades de informação dos usuários da informação. Nessas unidades de informação, além de existir a oferta de produtos e serviços de informação das mais variadas naturezas, também deve haver a constituição de acervos que garantam a produção cultural local e nacional a fim de salvaguardar a memória social.

Quanto a eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas, o sujeito coletivo indica a necessidade de se assegurar o acesso à informação e à leitura às pessoas com deficiência e minorias sociais, como grupos étnicos e tradicionais para que suas identidades sejam resgatadas e preservadas. Também é importante destacar que esforços são considerados para que as pessoas com deficiência e os povos nativos tenham acesso às obras literárias e iniciativas culturais e de educação, bem como sejam capazes de produzir cultural e educacionalmente.

Sobre auxiliar na aquisição de conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural, o sujeito coletivo considera importante vincular a leitura com o cotidiano dos indivíduos para que estes possam ascender socialmente e atuar civilmente na sociedade. Ademais, é importante que condições para que os indivíduos – de crianças a seniores – possam exercer plenamente seu direito de ser leitor sejam factíveis.

No que tange a garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas, o sujeito coletivo pode citar a necessidade do desenvolvimento de um programa expressivo da cultura escrita por meio das escolas, com o apoio das bibliotecas e bibliotecários, como forma de desenvolver competência em leitura e em informação nas pessoas. Para isso, pode-se fazer o uso do acervo das bibliotecas e de fontes de informação seguras.

Sobre ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional, o sujeito coletivo considera relevante a promoção da literatura e das humanidades, bem como a criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio

literário nacional e internacional, com bolsas de estudo e premiações. E quanto a aumentar o número de professores qualificados e formação de professores, atividades que ele pode citar são a formação de professores, bibliotecários, mediadores e agentes de leitura, agentes educativos e culturais, bem como a promoção do intercâmbio destes para fortalecer ações de cultura e educação nas realidades local e nacional.

Por fim, o sujeito coletivo acredita que para desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho e assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres, todas as ações anteriormente referidas devem ser efetivamente implementadas e garantidas por meio de políticas públicas na sociedade.

4.2 DIRETRIZES PARA FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS: FOCO NO ODS 4 DA AGENDA 2030 PARA A AMÉRICA DO SUL.

O discurso do sujeito coletivo obtido constituiu insumo para compor as 'Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul'. Esta, vista no Quadro 4 mais adiante, é apresentada em colunas denominadas como 'Eixos', 'Objetivos', 'Metas' e 'Observações'.

A coluna 'Eixos' tem códigos que são letras e vão de 'A' a 'E', ou seja, cinco eixos. Esses códigos referenciam a descrição nominal dos eixos temáticos que sustentam as diretrizes. A coluna 'Objetivos', por outro lado, tem códigos que são números romanos e vão de 'I' a 'X', isto é, 10 objetivos. Eles revelam as intenções das diretrizes e são convergentes com as 10 metas do ODS 4 da Agenda 2030.

A coluna 'Metas' indica as ações a serem realizadas/adotadas por governos municipal (ou local), estadual (ou provincial) e federal da América do Sul para que os objetivos das diretrizes sejam efetivados nos distintos contextos sul-americanos de sociedade. Os códigos das metas são numerações progressivas e ficam entre colchetes. Há 15 metas. É por meio da consecução das metas das diretrizes que a justiça social, a equidade, a igualdade e a

democratização do acesso à informação, ao conhecimento, à educação e à cultura podem adentrar o cotidiano das pessoas.

A coluna de metas, além de descrevê-las uma a uma, apresenta em alguns casos combinações, que nada mais são do que metas adotadas de outro(s) objetivo(s). Sem esse procedimento, algumas ações seriam insuficientes para atingir seu objetivo, pois é natural que as metas das diretrizes confrontem as complexidades que orbitam o desempenho em leitura das pessoas. Na coluna 'Observações' há alguns alertas. Eles correspondem à existência de combinações, cessões de metas e códigos de localização – há quatro de cada.

Os 'Alertas de combinação' têm a função de lembrar o formulador de políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas sobre a existência de combinações fundamentais existentes num determinado objetivo. Depois, as metas adicionais, que são cinco no total, são aquelas que devem ser adicionadas às metas regulares de um objetivo em específico.

A coluna 'Cessão de metas' informa ao formulador de políticas públicas que um determinado objetivo possui metas adotadas de outro objetivo, que pode pertencer ou não ao mesmo eixo. Isso permitiu que as metas de distintos objetivos pudessem, quando necessário, somar umas às outras para alcançar objetivos diferentes. Por essa razão, a última coluna, 'Código de localização', informa os códigos do eixo e do objetivo, nessa sequência, para que quem ler as diretrizes possa localizar no quadro onde posicionar as metas cedidas.

Quadro 4 – Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul.

EIXOS		OBJETIVOS		METAS		OBSERVAÇÕES		
Código		Código				Alerta de combinação	Cessão de metas	Código de localização
A	Aprendizagem, habilidades e competências das pessoas.	I	Desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz.	1.1	Elaborar, executar e fixar programas de educação e cultura nas distintas etapas de ensino, do básico ao técnico e superior, com o uso de bibliotecas escolares para os ensinos básico e técnico e bibliotecas universitárias para o ensino superior. Pode haver a extensão de ações e atividades nas bibliotecas públicas.		Metas 1.1, 1.2 e 1.3 aplicáveis à localização:	D VIII
				1.2	Elaborar, executar e fixar programas educacionais e culturais que envolvam a família na construção do leitor, desde a sua idade mais tenra.			
				1.3	Contar com professores, profissionais de biblioteconomia, agentes de leitura, educação e cultura especializados e preparados nas ambiências que lhes cabem para compor equipes de educação e cultura.			

	<p>II Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho.</p>	<p>2.1 Elaborar, executar e fixar programas para desenvolver habilidades e competências desejáveis nos cidadãos para o mundo do trabalho, com base nas demandas de habilidades, competências e tendências futuras para as profissões.</p>		<p>Meta 2.1 aplicável à localização: B IV</p>
<p>B Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado.</p>	<p>III Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar.</p>	<p>3.1 Elaborar, executar e fixar programas que centralizem o trabalho da leitura transformadora e emancipatória nas várias atividades de educação e cultura, do ensino básico ao superior.</p> <p>3.2 Assegurar a atuação conjunta de professores, profissionais da Biblioteconomia, agentes de leitura, educação e cultura especializados e preparados para garantir acesso à educação de qualidade às pessoas.</p> <p>3.3 Formular instrumentos para desenvolver, avaliar e expandir as habilidades de leitura de crianças, adolescentes, jovens, adultos e seniores.</p> <p>+ Meta adicional. Localização: A II [2.1]</p>	<p>Há combinação de metas!</p>	<p>Metas 3.1, 3.2 e 3.3 aplicáveis à localização: D VIII</p>

	IV Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres.	4.1 + Metas adicionais. Localização: A II [2.1]	Há combinação de metas!
	V Motivar a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos.	5.1 Destinar recursos financeiros às bibliotecas escolares e bibliotecas públicas para que estas se desenvolvam plenamente, com adequados recursos físicos, tecnológicos, humanos e de informação, conectadas em rede, a fim de que respondam às demandas de informação dos usuários da informação. 5.2 Criar novas bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, bem como assegurar as já existentes, e garantir que estas objetivem desenvolver a sociedade como um todo, sem distinção de raça, sexo, religião, orientação sexual, idade, nacionalidade, língua e condição social. 5.3 Estimular cooperações entre redes de bibliotecas, focando o acesso dos diferentes usuários da informação a produtos e serviços de informação diversos.	
C Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas.	VI Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas.	6.1 Elaborar, executar e fixar programas de desenvolvimento de minorias sociais por meio da produção literária, cultural, educacional e informacional.	
	VII Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos	7.1 Elaborar, executar e fixar projetos de educação e cultura que utilizem os distintos espaços sociais públicos, mas que necessariamente envolvam as escolas, as bibliotecas e os espaços culturais.	

		direitos humanos e valorização da diversidade cultural.					
D	Condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade.	VIII	Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas.	8.1	Elaborar, executar e fixar projetos que capacitem usuários da informação a usarem fontes de informação seguras e confiáveis, bem como identificá-las. + Metas adicionais. Localização: A I [1.1 + 1.2 + 1.3] + Metas adicionais. Localização: B III [3.1 + 3.2 + 3.3]	Há combinação de metas!	
E	Formação profissional para fomentar a educação de qualidade.	IX	Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional.	9.1	Implementar programas de bolsas de estudos nos âmbitos nacional e internacional, além de premiações para iniciativas individuais ou grupais de educação e cultura na sociedade.		Meta 9.1 aplicável à localização: EX

	<p>X Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores.</p>	<p>10.1 Implementar programas de mobilidade internacional para fomentar a formação e a capacitação de profissionais da educação e da cultura para trabalharem em ações significativas de promoção do livro, leitura e bibliotecas na sociedade.</p> <p>+ Meta adicional. Localização: E IX [9.1]</p>	<p>Há combinação de metas!</p>	
--	--	---	--------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Diretrizes, o 'Eixo A', denominado 'Aprendizagem, habilidades e competências das pessoas', congrega os objetivos 'Desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz' e 'Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas'.

Quando se desenvolve a aprendizagem de formas relevante e eficaz, bem como quando se desenvolve habilidades e competências técnicas nas pessoas, é possível que estas aprendam mais e, por isso, causem mais transformações no mundo. A formação de uma rede de profissionais de educação e cultura que trabalham à luz de programas de construção de leitores pode representar um esforço para contornar o baixo número de leitores efetivos nas cidades, estados e países. Desse modo, a condição de ser leitor pode, inclusive, amplificar as oportunidades de trabalho dos cidadãos no mercado de trabalho formal, não porque "apenas" leem, mas porque para ler inúmeros outros processos de educação e cultura devem estar envolvidos na construção do sujeito emancipado.

Os objetivos do 'Eixo B', chamado 'Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado', são 'Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar', 'Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres' e 'Motivar a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos'.

As bibliotecas são instituições para serem construídas e melhoradas. Escolar ou pública, as bibliotecas são unidades de informação capazes de dialogar com as necessidades de informação, conhecimento, educação e cultura da comunidade a que prestam serviços e ofertam produtos. Nesse sentido, a interação de profissionais da Biblioteconomia junto a professores e agentes de leitura e cultura em espaços como escolas, bibliotecas, centros culturais e espaços não-convencionais de educação e cultura torna o acesso e desenvolvimento da leitura uma experiência rica e de conteúdo moldável ao sabor de cada usuário da informação.

Exatamente por isso, a função emancipatória da leitura deve ser preservada, desde a primeira infância, e se estender às educações básica, técnica e superior. O leitor não pode se perceber como sujeito-interagente-com-a-educação-e-cultura pronto, mas, certamente, em constante construção. Isso torna possível a elaboração

de instrumentos de desenvolvimento, avaliação e expansão das atividades de leitura, que podem atingir, até mesmo, os cidadãos seniores e qualificá-los como aprendizes ao longo da vida, como objetiva o ODS 4 da Agenda 2030.

Contudo, atingir essa ambição depende da existência de escolas, bibliotecas, centros culturais, espaços não-convencionais e demais espaços com infraestrutura adequada, capazes de permitir a convivência social para que laços entre as pessoas e com os lugares sejam estabelecidos. Embora exista outros lugares de convivência social que não apenas os convencionais supracitados, esses ainda carregam consigo a potencialidade de abarcarem indistintamente a diversidade, e por isso dialogam com as diferenças, como raça, sexo, religião, orientação sexual, idade, nacionalidade, lugar de origem, língua, condição social e tudo o que engloba cada um desses universos. Portanto, quando há qualidade em meio aos processos de ensino-aprendizagem e nos espaços de aprendizado pode culminar no que se entende como educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.

O 'Eixo C', intitulado 'Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas', tem como objetivos 'Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas' e 'Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural'.

Como visto no eixo anterior – 'Eixo B' –, as ações de promoção e desenvolvimento da leitura devem estar presentes nas escolas, bibliotecas, centros culturais e espaços não-convencionais. No 'Eixo C' isso é reiterado e se ressalta a necessidade de desenvolver minorias sociais por meio da produção literária, cultural, educacional e informacional.

O 'Eixo D', denominado 'Condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade', tem apenas um objetivo, que é o de 'Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas'.

As ações esperadas por esse objetivo são aquelas que, por meio do estabelecimento de programas sociais, possam desenvolver competências para identificar e usar fontes de informação seguras e confiáveis nos usuários da informação. Com o advento da *internet*, a atividade de aprender ultrapassa as salas de aula convencionais. Os espaços e salas de aula virtuais, quer sejam em

plataformas de texto, áudio e vídeo na *internet*, ofertam uma gama de conhecimentos das mais distintas áreas do saber. No entanto, devido à grande oferta de informação disponível na rede e nos demais meios de comunicação, torna-se desafiador identificar a fronteira entre a verdade e a não-verdade.

Em face a isso, a alfabetização das crianças e jovens, dentre outras atividades, como o desenvolvimento de competências matemáticas, deve ser realizada de modo a possibilitar o uso de fontes de informação seguras, sobretudo quando o meio por onde se aprende também é virtual. Os professores e os profissionais da Biblioteconomia devem estar sensíveis a esse tipo de situação no cenário escolar do século XXI e agir frente a ele.

Por fim, o 'Eixo E', chamado 'Formação profissional para fomentar a educação de qualidade', tem dois objetivos. O primeiro é 'Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional' e o segundo é 'Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores'.

As Diretrizes consideram que a formação de profissionais é imprescindível para fomentar a educação de qualidade. Bolsas de estudo no país e no exterior podem representar uma oportunidade para que professores, profissionais da Biblioteconomia e agentes de cultura e educação possam se engajar numa educação continuada e incrementar suas ações no país ao observarem o que acontece em iniciativas de sucesso nele e fora dele no setor do livro, leitura e bibliotecas. Assim, as Diretrizes também perspectivam a atuação de qualidade e com profissionalismo dos profissionais engajados com a promoção do livro, leitura e bibliotecas na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou apresentar diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas que assegurem a educação de qualidade nos países da América do Sul. Considera-se que o objetivo da pesquisa foi atingido.

As 'Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul' foi constituída em decorrência da obtenção do discurso do sujeito coletivo, em que sujeitos foram as políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai, e o conteúdo destas, mais precisamente seus objetivos e metas, foram a

matéria-prima para compor o discurso coletivo. As Diretrizes possuem eixos, objetivos, metas e observações. Assim, elas contêm cinco eixos e 10 objetivos. Há 15 metas, cinco metas adicionais e, no âmbito das observações, quatro alertas de combinação, cessões de metas e códigos de localização.

Tem-se como expectativa que as 'Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul' possa contribuir para: (1) o desenvolvimento da aprendizagem de formas relevante e eficaz; (2) a garantia de acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar; (3) a assegurar da educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres; (4) o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho; (5) a eliminação da disparidade de gênero na educação, bem como a inclusão de pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas; (6) a garantia do desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas; (7) a aquisição de conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural; (8) a construção e melhoria das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos; (9) a ampliação do acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional; (10) o aumento do número de professores qualificados e formação de professores.

A relevância social das Diretrizes está na condição de que elas representam um gatilho para fortalecer o desenvolvimento social e humano em níveis municipal (ou local), estadual (ou provincial) e federal por meio da formulação de políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas. A relevância política aninha-se na compreensão de que o ato de ler é, por si, um ato político. Proporcionar acesso pleno à educação de qualidade, cultura, informação e conhecimento ao se trabalhar com os livros e a leitura em espaços de educação e cultura, como as bibliotecas, é assumir a dívida que o estado tem para assegurar o desenvolvimento humano em sociedades há muito desiguais. Desse modo, os cidadãos podem se desenvolver como pessoas humanas e com a garantia constitucional do seu direito de ser leitor.

No caso das relevâncias educacional e cultural, ambas caminham juntas. As Diretrizes priorizam ações educacionais e culturais, além da participação de profissionais capacitados em educação, cultura e informação para promover a leitura

por meio do uso dos livros em bibliotecas e outros espaços de educação e cultura. Desse modo, a educação e a cultura se plasman nas Diretrizes e se assentam nos seus eixos, objetivos e metas para impactar positivamente na vida das pessoas de distintos contextos sociais da América do Sul.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIRKLAND T. A. **An introduction to the policy process**. New York: M.E. Shape, 2005.

BOCCANFUSO, D.; LAROUCHE, A.; TRANDAFIR, M. Quality of higher education and the labor market in developing countries: evidence from an education reform in Senegal. **World Development**, [S. l.] v. 74, p. 412-424, 2015. DOI: 10.1016/j.worlddev.2015.05.007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X15001163?via%3Dihub>. Acesso em: 03 set. 2019.

CAMILLO, E. S. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas**: foco no ODS 4 da Agenda 2030. Orientador: Claudio Marcondes de Castro Filho. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191535>. Acesso em: 09 set. 2020.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000>. Acesso em: 19 dez. 2018.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **EI analfabetismo funcional en América Latina y el Caribe**: panorama y principales desafíos de política. Santiago: Naciones Unidas, 2014. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36781/1/S2014179_es.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Base de datos y publicaciones estadísticas. **CEPALSTAT**, 2019. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/PerfilesNacionales.html?idioma=spanish>. Acesso em: 13 ago. 2019.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estudo econômico da América Latina e do Caribe**: o novo contexto financeiro

mundial: efeitos e mecanismos de transmissão na região. Santiago: CEPAL, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/tipo/estudo-economico-america-latina-caribe>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ESTEVEES, R. F. **Políticas públicas para implementação tecnológica na educação escolar**. Orientador: José Luís Bizelli. 130 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157340/esteves_rf_dr_arafcl.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 09 set. 2020.

FERREIRA, A. Inflação no país acelera a 0,19%, mas é a menor para julho em 5 anos. **UOL**, 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/08/08/inflacao-julho-ipca-ibge.htm>. Acesso em: 08 ago. 2019

GASPARI, E. Políticas públicas e intencionalidade. In: CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 set. 2020.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502-507, abr./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n2/pt_0104-0707-tce-23-02-00502.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 517-524, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v10n20/17.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Objetivo 4: Educação de qualidade. **Plataforma Agenda 2030**, [201-]. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERRA, E. D. Políticas de promoção da leitura. *In*: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003. p. 65-85.

SILVA, R. C.; CAMILLO, E. S.; ARAÚJO, L. M.; SPERANDIO, D. S.; JESUS, M. F.; CASTRO FILHO, C. M. Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: percebendo os cenários nacional e internacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 21-48, set./dez. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1238/1149>. Acesso em: 09 set. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743>. Acesso em: 09 set. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 09 set. 2020.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR-BA, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

THE WORLD BANK. Data base. Education Indicators. **The World Bank**, 2019a. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/education-statistics-%5e-all-indicators/preview/on>. Acesso em: 14 ago. 2019.

THE WORLD BANK. Data base. World Development Indicators. **The World Bank**, 2019b. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/1ff4a498/Popular-Indicators>. Acesso em: 14 ago. 2019.

TIETJE, L. Why bother teaching public policy analysis? **Journal for the Advancement of Educational Research International**, v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?q=public+policy&id=EJ1209445>. Acesso em: 09 set. 2020.

BOOK, READING AND LIBRARIES POLICY MAKING GUIDELINES: FOCUS ON THE 2030 AGENDA SDG 4 FOR SOUTH AMERICAN COUNTRIES

ABSTRACT

Introduction: This research is justified by understanding that the nations of South America are at risk of being affected in the short, medium and long terms when it comes to ensuring the effective and significant development of reading oriented to quality education for their peoples. As a result, guidelines for the formulation of public policies to promote books, reading and libraries become fundamental to safeguard the human right to emancipation of citizens in the world. **Objective:** To develop guidelines to orient the formulation of public policies for the

books, reading promotion and libraries that ensure quality education in South American countries. **Methodology:** To reach this research goal it was undertaken a study of exploratory, descriptive, qualitative and documental approaches. The research methods chosen for this study were Content Analysis and Collective Subject Discourse. **Results:** The findings of the research consist on presenting a guideline that, as a whole, has 5 axes, 10 objectives and 20 goals (15 concrete and 5 additional) and four combination alerts, assignment of goals and location codes each. **Conclusion:** The study concludes that the use of the guideline by local, state and federal governments in South America can assist in building just and democratic societies by promoting the reading ability in libraries and other environments of information and knowledge focusing on quality education.

Descriptors: Guidelines. Policy making. Reading Promotion. SDG 4. 2030 Agenda.

DIRETRIZES PARA FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS DEL LIBRO, LECTURA Y BIBLIOTECAS: ENFOQUE EN EL ODS 4 DE LA AGENDA 2030 PARA AMÉRICA DEL SUR

RESUMEN

Introducción: Esta investigación se justifica al comprenderse que las naciones de América del Sur están en riesgo de verse afectadas en el corto, mediano y largo plazos en cuanto al desarrollo efectivo y significativo de la lectura orientada a la educación de calidad para sus pueblos. Como resultado, directrices orientadas a la formulación de políticas públicas de promoción de los libros, lectura y bibliotecas se vuelven fundamentales para salvaguardar el derecho humano a la emancipación que tienen los ciudadanos en el mundo. **Objetivo:** Desarrollar directrices que orienten la formulación de políticas públicas sobre libros, lectura y bibliotecas que aseguren la educación de calidad en los países de América del Sur. **Metodología:** Se realizó una investigación exploratoria, documental y cualitativa. Los métodos de investigación elegidos para este estudio fueron el Análisis de Contenido y el Discurso del Sujeto Colectivo. **Resultados:** Se elaboró una directriz que, en su conjunto, tiene 5 ejes, 10 objetivos y 20 metas (15 concretas y 5 adicionales) y cuatro alertas combinadas, asignación de metas y códigos de ubicación cada una. **Conclusiones:** Concluye que el uso de las Directrices por parte de los gobiernos locales, provinciales y federales en América del Sur puede ayudar a construir sociedades más justas y democráticas promoviendo la lectura en las bibliotecas y otros sitios de información y conocimiento, centrándose en una educación de calidad.

Descriptor: Directrices. Políticas Públicas. Lectura. ODS 4. Agenda 2030.

Recebido em: 31.07.2020

Aceito em: 21.09.2020